



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

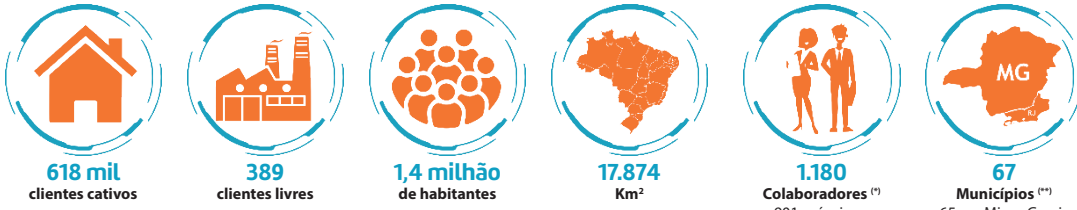
ENERGISA MINAS RIO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 19.527.639/0001-58

RESULTADOS 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 - A Administração da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Rio", "EMR" ou "Companhia") apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso do distrito de Barra de São Francisco - MG, Colônia Teixeira Brandão - MG, Vila Joãozinho - MG (7 clientes), Senador Côrtes - MG e Cachoeira de Santa Cruz - MG.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
Receita operacional líquida	394,2	373,9	+ 5,4	1.492,6	1.385,8	+ 7,7
Receita operacional líquida ajustada (1)	321,2	313,2	+ 2,6	1.213,0	1.167,4	+ 3,9
Margem bruta ajustada (2)	146,5	87,0	+ 68,5	503,7	412,9	+ 22,0
EBITDA ajustado recorrente (3)	78,9	58,9	+ 34,0	280,9	231,1	+ 21,5
Resultado financeiro	(29,7)	(19,1)	+ 55,8	(107,2)	(78,9)	+ 35,9
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	28,6	10,1	+ 183,0	78,0	52,1	+ 49,8
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	618,0	610,3	+ 1,3	618,0	610,3	+ 1,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	354,2	365,2	- 3,0	1.417,7	1.455,8	- 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) (5)	510,9	515,7	- 0,9	2.044,8	2.027,3	+ 0,9
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente / Receita líquida ajustada (%)	24,6		8,6 + 15,9 p.p.		23,2	17,1 + 6,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2025		31/12/2024		Var. %	
Ativo total	2.350,1		2.287,3		+ 2,7	
Caixa e equivalentes de caixa / aplicações financeiras	336,0		451,0		- 25,5	
Patrimônio líquido	440,4		373,7		+ 17,8	
Endividamento líquido	1.041,0		899,1		+ 15,8	

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de reconciliações de energia realizadas pela CCEE

3. RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	331,2	344,0	- 3,7	1.308,3	1.365,2	- 4,2
(+) Suprimento de energia elétrica	6,1	2,2	+ 184,8	22,2	7,6	+ 193,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	6,3	7,2	- 13,4	3,8	0,4	+ 906,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	59,3	52,3	+ 13,4	224,4	194,9	+ 15,2
(+) Receita de construção de infraestrutura	72,6	58,6	+ 23,9	271,9	212,0	+ 28,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	44,9	16,0	+ 180,7	123,2	58,1	+ 112,1
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	47,4	35,9	+ 32,1	165,9	127,3	+ 30,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	0,5	2,1	- 78,3	7,7	6,4	+ 20,7
(+) Outras receitas	7,4	6,7	+ 10,5	30,0	28,2	+ 6,3
(=) Receita bruta	575,6	524,9	+ 9,6	2.157,4	2.000,0	+ 7,9
(-) Impostos sobre vendas	(113,8)	(111,2)	+ 2,4	(439,0)	(432,7)	+ 1,4
(-) Encargos setoriais	(67,5)	(39,9)	+ 69,3	(225,9)	(181,5)	+ 24,5
(=) Receita líquida combinada	394,2	373,9	+ 5,4	1.492,6	1.385,8	+ 7,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(0,5)	(2,1)	- 78,3	(7,7)	(6,4)	+ 20,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	(72,6)	(58,6)	+ 23,9	(271,9)	(212,0)	+ 28,3
(=) Receita operacional líquida ajustada	321,2	313,2	+ 2,6	1.213,0	1.167,4	+ 3,9
(-) Custos e despesas não controláveis	174,7	(226,2)	- 22,8	(709,3)	(754,6)	- 6,0
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(132,2)	(165,0)	- 19,9	(536,6)	(539,3)	- 0,5
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(42,5)	(61,2)	- 30,5	(172,7)	(215,2)	- 19,8
(=) Margem bruta ajustada	146,5	87,0	+ 68,5	503,7	412,9	+ 22,0
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	31,9	-	-	31,9	-	-
(=) Margem bruta ajustada e recorrente	146,5	118,8	+ 23,3	503,7	444,7	+ 13,3

3.1 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 511 GWh. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve recuo de 0,9%, com queda em 2 dos 3 meses do trimestre. Vale lembrar que o recuo no 4T ocorreu sobre patamar elevado de consumo nos últimos dois anos, em meio aos efeitos do El Niño no 4T23, com temperaturas acima da média em 4T24, e bom desempenho da indústria, com ampliações em grandes clientes e bom desempenho na produção de móveis, minerais e alimentos. Se o mercado tivesse crescido em linha com média nos últimos dois, no 4T25 a alta seria de 5,5% - a maior em 10 anos. Já no 4T25 as temperaturas foram menos quente que no 4T24, a indústria teve performance menos dinâmica, e os efeitos de MGD também limitaram o consumo faturado.

Entre as classes, os principais recuos vieram da comercial (-4,2%) e industrial (-2,1%), sob os efeitos já mencionados. Na indústria, a base elevada limitou o desempenho no 4T25, com os principais recuos em têxtil e minerais. Por sua vez, a classe residencial registrou alta de 3,6%, com efeito do calendário de leitura a maior em 2 dos 3 meses do trimestre, expansão de clientes, e clima quente em novembro. No tocante aos tipos de mercado, vale destacar o aumento de consumo dos clientes livres, impulsionada por migrações. Entre os clientes cativos, os clientes que possuem mini e micro geração distribuída tipo I e II se destacaram, com alta significativa de consumo devido a novos entrantes - descontando o efeito da compensada dos clientes GD tipo II e III, o mercado teria um resultado mais modesto (-3,9%).

No acumulado de 2025, o mercado avançou 0,9%, com as classes residencial e industrial direcionando.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	222,1	214,4	+ 3,6	866,4	835,0	+ 3,8
Comercial	49,0	55,8	- 12,3	199,2	224,1	- 11,1
Industrial	9,5	13,6	- 30,1	39,3	62,3	- 37,0
Rural	30,8	32,0	- 3,9	133,8	137,9	- 3,0
Outros	42,9	49,4	- 13,2	179,1	196,4	- 8,8
1 Mercado Cativo	354,2	365,2	- 3,0	1.417,7	1.455,8	- 2,6
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	23,9	20,3	+ 18,0	87,6	67,3	+ 30,2
Industrial	129,1	128,0	+ 0,9	529,5	496,1	+ 6,7
Rural	0,5	0,1	+ 352,6	1,1	0,3	+ 285,6
Outros	3,1	2,0	+ 52,2	9,0	7,8	+ 14,8
2 Mercado (TUSD)	156,7	150,4	+ 4,2	627,1	571,5	+ 9,7
Residencial	222,1	214,4	+ 3,6	866,4	835,0	+ 3,8
Comercial	72,9	76,1	- 4,2	286,7	291,4	- 1,6
Industrial	138,6	141,6	- 2,1	568,8	558,5	+ 1,8
Rural	31,3	32,1	- 2,6	134,9	138,2	- 2,4
Outros	46,0	51,4	- 10,6	188,0	204,3	- 7,9
3 Mercado (1+2)	510,9	515,7	- 0,9	2.044,8	2.027,3	+ 0,9
3.1 Compensada GD II/III	29,7	14,9	+ 98,9	96,3	39,9	+ 141,1
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	481,2	500,7	- 3,9	1.948,5	1.987,4	- 2,0
4 Fornecimento Não Faturado	9,6	8,7	+ 10,3	1,2	(2,0)	-
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	520,5	524,4	- 0,7	2.046,0	2.025,3	+ 1,0
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	490,8	509,4	- 3,7	1.949,8	1.985,4	- 1,8

Nota: Os dados são passíveis de reconciliações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 618.014 unidades consumidoras cativas, número 1,3% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 389 consumidores livres, apresentando um crescimento de 27,5 %.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado (clique aqui) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.2 Perdas de energia elétrica ("perdas")

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses									
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	ANEEL
8,44	8,19	8,44	- 0,15	- 0,85	- 0,85	8,29	7,34	7,59	10,35

3.3 Gestão da inadimplência

3.3.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
0,29	0,37	- 0,08

3.3.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/25	dez/24	Variação em p.p.
98,76	98,76	-

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/25	dez/24	Var.(%)	dez/25	dez/24	Var.(%)		
7,96	7,91	+ 0,6	4,01	4,08	- 1,7	9,97	6,67

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 a 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. De acordo com os dados reportados pela ANEEL, a EMR já atingiu a meta estabelecida para o DEC e para o FEC.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	174,7	226,2	- 22,8	709,3	754,6	- 6,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	132,2	165,0	- 19,9	536,6	539,3	- 0,5
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	42,5	61,2	- 30,5	172,7	215,2	- 19,8
2 Custos e despesas controláveis	59,7	57,7	+ 3,4	211,0	203,2	+ 3,9
2.1 PMSO	59,0	55,5	+ 6,4	205,0	195,5	+ 4,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	23,3	25,5	- 8,7	91,3	90,6	+ 0,8
2.1.2 Material	3,7	4,0	- 7,1	14,4	14,8	- 2,6
2.1.3 Serviços de terceiros	28,4	21,3	+ 33,2	90,2	75,7	+ 19,2
2.1.4 Outras	3,6	4,6	- 22,5	9,1	14,5	- 37,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	-	-	-
✓ Outros	3,6	4,6	- 22,5	9,1	14,5	- 37,0
2.2 Provisões/Reversões	0,7	2,2	- 69,3	6,0	7,7	- 21,8
2.2.1 Contingências	(0,1)	0,5	-	1,5	1,9	- 22,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	0,7	1,7	- 57,4	4,5	5,8	- 21,8
3 Demais receitas/despesas	30,2	19,3	+ 56,6	88,1	76,4	+ 15,3
3.1 Amortização e depreciação	22,3	17,1	+ 30,9	76,3	65,9	+ 15,7
3.2 Outras receitas/despesas	7,9	2,2	+ 251,9	11,8	10,5	+ 12,9
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	264,6	303,2	- 12,7	1.008,4	1.034,2	- 2,5
Custo de construção de infraestrutura (1)	72,6	58,6	+ 23,9	271,9	212,0	+ 28,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	337,2	361,8	- 6,8	1.280,3	1.246,2	+ 2,7

(1) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICP-C 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

Segue a composição do lucro líquido considerando os efeitos do VNR:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Lucro líquido do período	28,9	34,6	- 16,5	83,1	79,4	+ 4,7
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(0,3)	(1,4)	- 78,3	+ 1,1	(5,1)	(4,2) + 20,7
(=) Lucro líquido ajustado</						



contribuindo para a redução do consumo de energia e para o alívio do orçamento das famílias beneficiadas. O projeto também contou com a atuação da Unidade Móvel Educacional, equipada com recursos interativos e conteúdos digitais, alcançando cerca de 3 mil pessoas, entre estudantes, professores e moradores das comunidades atendidas. As iniciativas implementadas no âmbito do PEE geram benefícios socioambientais mensuráveis, ao promover o uso eficiente da energia, reduzir desperdícios e contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, em linha com os compromissos de sustentabilidade da Companhia e com a criação de valor de longo prazo.

Iniciativas socioculturais
No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa desenvolve iniciativas alinhadas à agenda ASG, com foco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das economias locais nas regiões onde atua. A Companhia apoia manifestações culturais autênticas, incentiva a preservação da memória e fomenta a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, inclusive em biomas sensíveis e territórios de maior vulnerabilidade socioambiental. A implementação dessas iniciativas ocorre por meio de suas organizações sociais, com destaque para o Instituto Energisa, que atua como braço estruturado de investimento social privado do Grupo. O Instituto tem como propósito potencializar o desenvolvimento dos territórios por meio de projetos educacionais, culturais, sociais e esportivos, promovendo impacto positivo e geração de valor compartilhado. No segmento cultural, o Instituto Energisa promove ações voltadas ao estímulo das expressões artísticas locais, por meio de programação multilinguagem e inclusiva, fortalecendo cadeias produtivas da cultura e ampliando o acesso da população a bens e serviços culturais. Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores
Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais,

sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros. Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergia, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referências reconhecidas internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros. A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado. Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

9 EVENTOS SUBSEQUENTES
9.1 Bandeira tarifária
A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.
9.2 Dividendos do exercício de 2025
O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$19,7 milhões, equivalentes a R\$18.635272737 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive, a Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025 (Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2025			2024		
Receita líquida (RL)		1.492.595		1.385.805			
Resultado operacional (RO)		212.265		139.644			
Folha de pagamento bruta (FPB)		79.262		79.782			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	
Alimentação		13.848	17,47%	0,93%	13.937	17,47%	
Encargos sociais compulsórios		11.568	14,59%	0,78%	11.220	14,06%	
Previdência privada		2.808	3,54%	0,19%	2.937	3,68%	
Saúde		7.749	9,78%	0,52%	6.213	7,79%	
Segurança e saúde no trabalho		3.751	4,73%	0,25%	3.496	4,38%	
Educação		-	0,00%	0,00%	184	0,23%	
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.336	2,95%	0,16%	975	1,22%	
Creches ou auxílio-creche		412	0,52%	0,03%	412	0,52%	
Participação nos lucros ou resultados		8.270	10,43%	0,55%	13.623	17,08%	
Outros		4.253	5,37%	0,28%	4.628	5,80%	
Total - Indicadores sociais internos		54.995	69,38%	3,69%	57.625	72,23%	
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	
Educação		547	0,26%	0,04%	513	0,32%	
Cultura		1.004	0,47%	0,07%	1.335	0,83%	
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	
Esporte		77	0,04%	0,01%	-	0,00%	
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	
Outros		352	0,17%	0,02%	348	0,22%	
Total das contribuições para a sociedade		1.980	0,94%	0,14%	2.196	1,37%	
Tributos (excluídos encargos sociais)		917.447	432,22%	61,47%	357.695	221,28%	
Total - Indicadores sociais externos		919.427	433,16%	61,61%	359.891	222,65%	
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		110.957	52,27%	7,43%	60.427	37,38%	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	
Total dos investimentos em meio ambiente		110.957	52,27%	7,43%	60.427	37,38%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2025		2024			
Nº de empregados(as) ao final do período		901		907			
Nº de admissões durante o período		106		112			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		-		767			
Nº de estagiários(as)		19		18			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		207		155			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		158		154			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		34,29%		36,62%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		255		238			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		11,40%		11,27%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		35		36			

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		52,5		52,5			
Número total de acidentes de trabalho		3		2			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	224.762	na Procon	492	na Justiça	707	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	98,75%	na Procon	100%	na Justiça	18%	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2025: 987.655		Em 2024: 853.711			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		75% governo () 1% 6% colaboradores(as) 0% acionistas () 15% terceiros () 5% retido		63% governo () 1% 9% colaboradores(as) 5% acionistas () 18% terceiros () 6% retido			
7 - Outras Informações		2025		2024			
7) Investimentos sociais		-		-			
7.1 - Programa Luz para Todos		-		-			
7.1.1 - Investimento da União		-		-			
7.1.2 - Investimento do Estado		-		-			
7.1.3 - Investimento do Município		-		-			
7.1.4 - Investimento da Concessionária		-		-			
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-		-			
7.2 - Programa de eficiência Energética		3.836		3.904			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		2.861		3.093			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		6.697		6.997			

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025		2025		2024	
Ativo Circulante					
Caixa e equivalente de caixa		5,1	31.278	24.029	
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado		5,2	304.741	427.006	
Consumidores e concessionárias		6	181.790	176.253	
Estoques		7	4.229	3.855	
Tributos a recuperar		7	161.187	95.378	
Instrumentos financeiros derivativos		30	7.181	31.615	
Ativos financeiros setoriais		9	33.107	5.878	
Outros créditos		10	90.861	72.116	
Total do ativo circulante			814.374	836.130	
Não circulante					
Consumidores e concessionárias		6	15.431	14.898	
Tributos a recuperar		7	121.318	240.071	
Instrumentos financeiros derivativos		30	3.021	39.101	
Cauções e depósitos vinculados		23,1	3.472	5.194	
Ativo financeiro indenizável da concessão		13	250.243	187.557	
Ativos financeiros setoriais		9	29.954	10.947	
Outros créditos		10	3.498	3.819	
			426.937	501.787	
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção		14	54.138	53.548	
Investimentos			2.447	2.466	
Imobilizado		15	18.060	15.396	
Intangível		16	1.034.123	878.021	
Total do não circulante			1.535.705	1.451.218	
Total do ativo			2.350.079	2.287.348	

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025		2025		2024	
Receita operacional líquida		25	1.492.595	1.385.805	
Custo do serviço de energia elétrica		26	(709.281)	(754.579)	
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros		26	(458.083)	(380.340)	
Lucro bruto			325.231	250.886	
Despesas gerais e administrativas		26	(101.165)	(100.791)	
Outras receitas		27	3.359	2.733	
Outras despesas		27	(15.160)	(13.184)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos			212.265	139.644	
Receitas financeiras		28	82.151	72.519	
Despesas financeiras		28	(189.373)	(151.402)	
Despesas financeiras líquidas			(107.222)	(78.883)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			105.043	60.761	
Imposto de renda e contribuição social corrente		12	(49.704)	34.631	
Imposto de renda e contribuição social diferido		12	27.736	(16.011)	
Lucro líquido do exercício			83.075	79.381	
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$		35	78,45	74,96	

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025		Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Reserva de Lucros		Dividendos adicional		Lucros (prejuízos) acumulados		Outros resultados		Total	
		Reservas de capital		Subvenção de investimentos		Legal		Reserva de Lucros		adicionais		abrangentes		Total	
Saldos em 01 de janeiro de 2024															
Pagamentos dividendos adicionais			312.022			15.324									
Programa de remuneração variável (ILP)	24,2		-	178		-									
Lucro líquido do exercício															
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:															
Reserva legal	24,3						3.969				(3.969)				
Dividendos	24,5										(42.513)				
Reserva de retenção de lucros	24,5										(32.899)				
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	24,6														
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24,6														
Tributos sobre ganho e perda atuarial - pós emprego	24,6														
Saldos em 31 de dezembro de 2024			312.022	1.789	7.921	19.293	32.899				(208)	373.716			
Programa de remuneração variável (ILP)	24,2			580								580			
Lucro líquido do exercício											83.075				
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:															
Reserva legal	24,3						4.154				(4.154)				
Dividendos	24,5										(19.730)				
Reserva de retenção de lucros	24,4										(59.191)				
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	24,6														
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	24,6														
Tributos sobre ganho e perda atuarial - pós emprego	24,6														
Saldos em 31 de dezembro de 2025			312.022	2.369	7.921	23.447	92.0								



>>>

ENERGISA MINAS RIO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Saldo a vencer					Total	2025	2024
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	Saldo vencidos 180 dias	Saldo vencidos 360 dias			
Valores correntes:								
Residencial	36.661	-	18.640	1.755	8	56	(2.284)	54.836
Industrial	8.117	-	613	21	32	76	(78)	8.781
Comercial	11.461	-	2.520	158	4	134	(103)	14.174
Rural	6.646	-	2.486	414	471	632	(62)	10.587
Poder público	4.269	-	188	17	1	8	(9)	4.474
Iluminação pública	3.974	-	7	1	-	-	-	3.982
Serviço público	3.076	-	25	-	-	-	-	3.101
Fornecimento não faturado	61.852	-	-	-	-	-	(266)	61.586
(-) Arrecadação em processo de classificação	-	-	-	-	-	-	-	(610)
Valores renegociados:								
Residencial	1.189	1.046	617	209	148	1.813	(2.471)	2.276
Industrial	301	1.268	10	5	142	1.355	(1.502)	1.579
Comercial	1.624	5.466	2.356	13	40	379	(458)	9.420
Rural	140	517	71	19	28	165	(195)	745
Poder público	20	1.670	-	-	-	-	(1)	1.689
Iluminação pública	90	24	-	-	-	-	-	114
Serviço público	166	1.027	-	-	-	-	-	1.193
(+) Ajuste a valor presente ⁽²⁾	(87)	(2.571)	-	-	-	-	-	(2.658)
Subtotal - consumidores	139.499	8.447	27.533	2.612	874	4.618	(7.429)	176.154
Suprimento de energia ⁽³⁾	7.663	-	-	-	-	6.576	(163)	14.076
Outros ⁽⁴⁾	2.033	-	-	-	-	6.259	(1.301)	6.991
Total	149.195	8.447	27.533	2.612	874	17.453	(8.893)	197.221
Circulante						181.790		176.253
Não circulante						15.431		14.898

⁽¹⁾ Seguem as variações das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - circulante e não circulante	9.478	8.612
Provisões liquidadas constituídas no exercício ⁽¹⁾	5.824	6.018
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	14.239	11.281
Saldos em 2025 e 2024 - circulante e não circulante	9.447	9.478

Alocação:

Consumidores e concessionárias	8.893	7.925
Outros créditos	554	1.553

⁽²⁾ O total das provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício de R\$5.824 (R\$6.018 em 2024) considera reversão de R\$166 (R\$517 em 2024) oriundos das operações do FIDC. Inclui provisão constituída no montante de R\$1.313 (R\$250 em 2024) referente a ICMS geração distribuída (GD) contabilizadas em outros resultados. ⁽³⁾ Ajuste a valor presente (AVP): calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado. ⁽⁴⁾ Suprimento de energia: inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	2025	2024
Composição do saldo da CCEE		
Créditos a vencer	7.663	4.705
Créditos vinculados a liminares ⁽⁴⁾	6.576	6.576
Subtotal créditos CCEE ⁽⁴⁾	14.239	11.281
(-) Aquisições de energia na CCEE ⁽⁵⁾	(15.095)	(3.415)
(-) Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽⁶⁾	(255)	(1.416)
Total (débitos) créditos CCEE	(1.111)	6.450

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 17. ⁽²⁾ Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2022, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE) incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE. ⁽³⁾ Sobre o montante de R\$14.239 (R\$11.281 em 2024) a Companhia constitui a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPCLD) no valor de R\$163 (R\$163 em 2024). ⁽⁴⁾ Outros: inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.718	21.463
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	70.753	76.178
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	30.113	25.080
Contribuições ao PIS e à COFINS	13.793	11.392
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	138.565	200.722
Retenção para a Previdência Social-INSS	2.046	584
Outros	517	30
Total	282.505	335.449
Circulante	161.187	95.378
Não circulante	121.318	240.071

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repulsão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$208.543 em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$138.028 (R\$125.048 em 31 de dezembro de 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado. A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a receber, iniciadas em maio de 2021 e que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$208.006 (R\$132.869 em 31 de dezembro de 2024).

8. REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **8.1. Reajuste Tarifário Anual:** O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. Em 18 de junho de 2025, através da Resolução Homologatória nº 3.471 e Nota Técnica nº 134/2025, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 22 de junho de 2025. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 3,61%. **10.2. Revisão Tarifária Periódica:** A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando a alteração na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora. **10.3. Bandeiras Tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: "Bandeira Tarifária Verde"; "Bandeira Tarifária Amarela"; e "Bandeira Tarifária Vermelha", segregada em Patamar 1 e 2. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024. As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação: O Brasil viveu nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade. Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes envolvidos, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL em 18/08/2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023. Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente. Os valores reconhecidos no exercício de 2025, contabilizados na atualização financeira credora, foram de R\$573 (R\$290 em 2024).

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	2025			2024		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	33.107	33.107	-	5.878	5.878
Não Circulante	-	29.954	29.954	-	10.947	10.947
		63.061	63.061		16.825	16.825
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	37.929	8.584	46.513	50.303	4.229	54.532
Não Circulante	-	1.455	1.455	-	1.644	1.644
	37.929	10.039	47.968	50.303	5.873	56.176
Saldo líquido dos ativos e passivos	(37.929)	53.022	15.093	(50.303)	10.952	(39.351)

	Receita operacional			Recebimentos/pagamentos			Saldos em 2025
	Saldo em 2024	Adição	Amortização	Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	27.254	59.776	(11.531)	5.663	-	(9.438)	- 71.724
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.293	(3.630)	(4.064)	(2.655)	-	-	- (2.666)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(447)	2.269	(793)	93	-	-	- 1.122
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	8.359	(571)	(4.807)	43	-	(2.486)	- 538
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.090)	20.765	(1.773)	1.733	-	-	- 17.635
Transporte de energia elétrica - Itaipu	1.987	388	(1.718)	43	-	-	- 700
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(6.222)	(750)	-	-	-	-	- (6.972)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	9.054	(14.057)	6.600	718	-	-	- 2.315
Sobrecontratação de energia	8.281	13.604	(14.286)	(345)	-	(6.761)	- 493
Devoluções tarifárias ⁽²⁾	(6.109)	(5.790)	5.987	(174)	-	-	- (6.086)
CUSD	2.109	(1.428)	(1.390)	(13)	-	-	- (722)
Exposição de submercados	(151)	2.068	(487)	143	-	-	- 1.573
Garantias financeiras	714	348	(571)	34	-	-	- 525
Saldo a compensar	28	926	114	50	-	-	- 1.118
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(86.411)	(42.969)	120.945	(1.675)	(69.519)	-	- 13.425
Saldo líquido dos ativos e passivos	(39.351)	30.949	92.226	6.048	(69.519)	(18.685)	13.425

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Cálculo	5º Programa		6º Programa		7º Programa		8º Programa		8º Programa	
	5º Programa	6º Programa (Restricted Shares)	6º Programa (Performance Shares)	7º Programa (Restricted Shares)	7º Programa (Performance Shares)	7º Programa (Performance Shares)	8º Programa (Restricted Shares)	8º Programa (Performance Shares)	8º Programa (Performance Shares)	8º Programa (Performance Shares)
Monte Carlo	Último preço	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Último preço	Monte Carlo	Último preço	Último preço
Total de opções de ações (units) outorgadas	25.052	10.920	10.920	10.070	10.070	5.181	955	12.370	12.370	6.585
Opções de ações prescritas	25.052	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	N/A	11,09%	10,97%	N/A	N/A	13,47%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1/2025	N/A	N/A	DI1/2026	N/A	DI1/2027	N/A	DI1/2028	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	N/A	28,03%	N/A	27,28%	N/A	N/A	26,73%	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$46,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71	R\$45,05	R\$41,38	R\$45,05
Movimentação	Encerrendo	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energia S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPIC 10, a empresa apurou o valor justo das ações units restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações units. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi contabilizado o valor de R\$580 (R\$178 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2025 é de R\$2.369 (R\$1.789 em 2024).

>>>

>>>

**12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, TRIBUTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	-	1.466
Base negativa da Contribuição Social	-	668
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	17.824	13.932
Contribuição social	6.417	5.016
Total - ativo não circulante	24.241	21.082
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(18.801)	(35.829)
Contribuição social	(6.768)	(12.899)
Total - passivo não circulante	(25.569)	(48.728)
Total líquido - passivo não circulante	(1.328)	(27.646)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025	2024
Ativos e Passivos		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	6.276
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	40.304	25.955
Provisão para ajustes atuariais	13.486	15.564
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	9.447	9.478
Marcação a mercado - dívida	3.826	(4.889)
Ajuste a valor presente (AVP)	2.658	1.896
Provisões para contingências jurídicas e administrativas	1.575	2.181
Contratos e prestações de serviços	-	649
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(35.177)	(27.501)
Amortização Intangível - renovação da concessão	(22.029)	(7.490)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(17.520)	(5.957)
Marcação a mercado - derivativos	(301)	(14.063)
Custo das transações	-	(14.510)
Outras diferenças temporárias	(175)	(340)
Total líquido - passivo não circulante	(3.906)	(81.322)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	1.875
2027	2.551
2028	2.665
2029	2.073
2030	2.364
2031 a 2033	7.388
Após 2033	5.325
Total	24.241

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	105.043	60.761
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(35.715)	(20.659)
Ajustes:		
Incentivo fiscal - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	2.158	2.504
Incentivos fiscais - Outros ⁽²⁾	2.885	-
Reconhecimento de débitos tributários e outros ⁽³⁾	8.022	34.630
Juros Selic sobre recuperação de débitos tributários ⁽⁴⁾	2.414	3.241
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(444)	(94)
Outros ajustes	(1.288)	(1.002)
Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(21.968)	18.620
Alíquota efetiva	20,91%	30,64%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005; ⁽²⁾ Referem-se basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. Em 2025 incluí os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF. Bem como a adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. ⁽³⁾ Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre débitos tributários: a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de débitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos de juros de mora (Selic) incidentes sobre débitos tributários caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures:** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como a adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$7.679 (R\$6.362 em 2024). Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	187.757	117.276
Adições no exercício ⁽¹⁾	55.101	64.582
Baixas no exercício	(294)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	7.679	6.362
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	250.243	187.757

⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	187.757	117.276
Adições no exercício ⁽¹⁾	55.101	64.582
Baixas no exercício	(294)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	7.679	6.362
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	250.243	187.757

⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. IMOBILIZADO

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	187.757	117.276
Adições no exercício ⁽¹⁾	55.101	64.582
Baixas no exercício	(294)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	7.679	6.362
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	250.243	187.757

⁽¹⁾ O montante de R\$228.081 (R\$168.886 em 2024) foi transferido para o intangível - contrato de concessão, enquanto o montante de R\$3.735 (R\$1.088 em 2024) foi reclassificado do imobilizado; ⁽²⁾ O montante de R\$55.101 (R\$64.582 em 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

16. INTANGÍVEL

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	187.757	117.276
Adições no exercício ⁽¹⁾	55.101	64.582
Baixas no exercício	(294)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	7.679	6.362
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	250.243	187.757

⁽¹⁾ O montante de R\$228.081 (R\$168.886 em 2024) foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção.

16.1. INTANGÍVEL - CONTRATO DE CONCESSÃO:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	187.757	117.276
Adições no exercício ⁽¹⁾	55.101	64.582
Baixas no exercício	(294)	(463)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	7.679	6.362
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	250.243	187.757

⁽¹⁾ O montante de R\$228.081 (R\$168.886 em 2024) foi transferido para o ativo contratual - infraestrutura em construção; ⁽²⁾ O montante de R\$5.633 (R\$5.441 em 2024), refere-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nos Ordens de Desatuação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais; ⁽³⁾ A Companhia reconheceu no exercício créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$1.851 (R\$1.416 em 2024) e não incluiu o montante de R\$163 referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58

Obrigações vinculadas à concessão: Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2025	2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	105.909	87.860
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	248.699	248.693
Reserva para reversão	158	314
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.641	9.641
(-) Amortização acumulada	(178.925)	(165.087)
Total	185.482	181.421

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão; ⁽²⁾ Inclui a participação da União com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE destinados ao Programa Luz para Todos e a participação do Governo do Estado. **16.2. Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - direito de uso						
Custo	9,72%	9.084	651	(269)	-	9.466
Amortização acumulada		(4.761)	-	159	(920)	(5.522)
Total do intangível - direito de uso		4.323	651	(110)	(920)	3.944

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adições	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso					
Custo	10,50%	4.890	4.194	-	9.084
Amortização acumulada		(3.807)	-	(954)	(4.761)
Total do intangível - direito de uso		1.083	4.194	(954)	4.323

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 2025
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	55.908	-	8.226	-	64.134
Amortização acumulada		(36.889)	-	-	(6.365)	-
Em curso		9.004	8.664	(8.226)	-	9.442
Total do intangível - software e outros		28.023	8.664	-	(6.365)	30.322

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	54.797	-	1.111	-	55.908
Amortização acumulada		(30.831)	-	-	(6.058)	(36.889)
Em curso		509	9.564	(1.069)	-	9.004
Total do intangível - software e outros		24.475	9.564	42	(6.058)	28.023

⁽¹⁾ O montante de (R\$42 em 2024) refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

17. FORNECEDORES

	2025	2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	63.804	57.911
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	15.095	3.415
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽³⁾	5.735	6.928
Encargos do uso da rede elétrica ⁽⁴⁾	7.410	16.608
Encargos de conexão ⁽⁵⁾	449	1.260
Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽⁶⁾	255	1.416
Materiais, serviços e outros ⁽⁷⁾	37.669	36.036
Total	130.417	123.574

⁽¹⁾ Compra de energia elétrica, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão: referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias; ⁽²⁾ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: a Conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeitos dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valoriza as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário; ⁽³⁾ Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS: refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte; ⁽⁴⁾ Encargos de Serviços do Sistema - ESS: os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao período de novembro e dezembro de 2024, em decorrência do aumento do PLD no exercício; ⁽⁵⁾ Materiais, serviços e outros: referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxito de advogados por conta de processos judiciais.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
IPCA	127.906	58.500	(9.697)	(8.705)	15.020	-	183.024
CDI	105.916	-	(50.000)	(13.447)	11.507	-	53.976
(-) Custo com captação	(785)	-	-	-	228	-	(557)
Total em moeda nacional	233.037	58.500	(59.697)	(22.152)	26.755	-	236.443
Moeda Estrangeira							
Dólar	405.460	-	(153.681)	(15.452)	(21.582)	-	214.745
Marcação a mercado	(4.306)	-	-	-	-	4.853	547
Total em moeda estrangeira	401.154	-	(153.681)	(15.452)	(21.582)	4.853	215.292
Total	634.191	58.500	(213.378)	(37.604)	5.173	4.853	451.735

Circulante 231.206 182.347
Não circulante 402.985 269.388

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2024
Moeda nacional							
Pós fixado							
IPCA	70.952	58.500	(6.603)	(6.189)	11.246	-	127.906
CDI	196.856	-	(90.000)	(24.992)	24.052	-	105.916
(-) Custos com captação	(850)	-	-	-	650	(585)	(785)
Total em moeda nacional	266.958	58.500	(96.603)	(31.181)	35.948	(585)	233.037
Moeda estrangeira							
Dólar	289.119	210.000	(170.851)	(13			



ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total			Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap		Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Encargos Swap		Garantias ^(m)	Covenants ⁽ⁿ⁾
	2025	2024	Emissão			Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento		Ponta Passiva (% a.a.) ^(m)			
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.932	1.851	15/10/2017	1.261 / 1.261	IPCA + 5,11%	-	103,50% CDI	9,37%	14,82%	SG	NA	
Debêntures 10ª Emissão	-	23.534	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5,08%	-	set/25	9,34%	-	A	1	
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	36.296	36.244	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0,83%	-	jun/26	15,15%	-	A	1	
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	5.521	5.290	11/10/2020	4010 / 4010	IPCA + 4,23%	-	out/27	8,49%	-	SG	NA	
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	42.686	40.906	11/10/2020	30990 / 30990	IPCA + 4,47%	-	out/30	8,73%	-	SG	NA	
Debêntures 14ª Emissão	63.449	62.617	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1,60%	-	ago/27	15,92%	-	A	2	
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	-	27.464	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1,15%	-	fev/25	15,47%	-	A	1	
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	1.569	1.504	11/10/2020	1140 / 1140	IPCA + 4,23%	-	out/27	8,49%	-	SG	NA	
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	12.204	11.695	11/10/2020	8860 / 8860	IPCA + 4,47%	-	out/30	8,73%	-	SG	NA	
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	13.899	13.290	13/09/2023	12.406 / 12.406	IPCA + 6,17%	-	set/30	10,43%	-	SG	NA	
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	86.999	83.189	13/09/2023	77.594 / 77.594	IPCA + 6,45%	-	set/33	10,71%	-	SG	NA	
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	73.142	69.923	15/04/2024	67.350 / 67.350	IPCA + 6,16%	-	abr/31	10,42%	-	SG	NA	
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	89.803	85.849	15/04/2024	82.650 / 82.650	IPCA + 6,40%	-	abr/39	10,66%	-	SG	NA	
Debêntures 17ª Emissão Única	107.304	102.044	14/09/2024	100.000 / 100.000	IPCA + 6,44%	-	set/34	10,70%	-	SG	NA	
Debêntures 18ª Emissão Única	191.222	190.556	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0,80%	-	dez/29	15,12%	-	A	2	
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	161.123	-	15/10/2025	159.000 / 159.000	IPCA + 7,23%	-	out/35	11,49%	-	NA	2	
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	107.398	-	15/10/2025	106.000 / 106.000	IPCA + 7,11%	-	out/40	11,37%	-	A	2	
(-) Custo com captação	(22.239)	(13.724)										
Marcação à Mercado da Dívida	3.279	741.649										
Total	973.587	741.649										

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2025; ⁽²⁾ Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 30; ⁽³⁾ A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia; ⁽⁴⁾ **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis.

Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida/EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	4,25x até o vencimento, para as demais emissões	Anual

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.
O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. **Vencimentos:** Em 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025	2024
2027	36.402	-
2028	15.630	-
2029	212.457	-
2030	22.622	-
Após 2030	610.842	-
Total	897.953	-

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.339	12.704
Encargos sociais	3.687	4.194
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	1.066	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.070	-
Contribuições do PIS e a COFINS	6.452	5.537
Impostos e contribuições retidos na fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	2.224	1.693
Imposto Sobre Serviços - ISS	588	521
Outros	3.194	3.197
Total	22.620	28.846
Circulante	21.390	26.888
Não circulante	1.230	958

21. EFEITOS DA REDUÇÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições. Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data. Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69. A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconhecendo em 2021, o montante de R\$206.566, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa SELIC sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O Presidente da República sancionou a Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica. O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, da base de cálculo da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser resarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB. A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após habilitação dos créditos perante a RFB. O resumo dos impactos são como segue:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	179.175	259.872
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	21.542	17.138
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(618)	(691)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	(69.519)	(97.144)
Saldos em 2025 e 2024	130.580	179.175
Circulante	40.424	33.247
Não circulante	90.156	145.928

22. ENCARGOS SETORIAIS

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.373	817
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	427	391
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽²⁾	214	195
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽³⁾	1.595	418
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽⁴⁾	7.901	6.975
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽⁵⁾	13.957	13.345
Total	26.467	22.141
Circulante	21.232	15.886
Não circulante	5.235	6.255

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC. A Lei nº 14.200/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2020, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou

23. RECEITA OPERACIONAL

	2025	2024
Residencial	513.043	811.947
Industrial	3.793	35.460
Comercial	41.592	179.801
Rural	53.296	116.930
Poder público	5.279	49.685
Iluminação pública	209	84.725
Serviço público	1.017	39.671
Consumo próprio	174	171
Total	618.403	1.321.400
Suprimento de energia a concessionárias	-	105.846
Fornecimento não faturado líquido	-	1.226
Disponibilidade do sistema de distribuição	386	-
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	221.940
Penalidades regulatórias	-	(4.390)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	7.679
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	123.175
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	165.878
Outras receitas operacionais	-	34.394
Total - receita operacional bruta	618.789	1.428.472
Deduções da receita operacional:		
ICMS	-	294.010
PIS	-	25.684
COFINS	-	118.284
ISS	-	998
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	4.758
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	-	1.189
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	211.889
Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	2.379
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.379
Ministério de Minas e Energia - MME	-	2.189
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	2.089
Total - deduções da receita operacional	-	664.848
Total - receita operacional líquida	618.789	1.428.472

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes; ⁽²⁾ MWh: refere-se ao mercado ativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III; ⁽³⁾ **Receita de construção da infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza dos gastos	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	536.567	-	-	-	536.567	539.345
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	172.714	-	-	-	172.714	215.234
Pessoal e administradores	-	57.821	36	28.014	85.871	86.599
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	34	580	580	178
Benefícios pós-emprego	-	2.479	364	2.049	4.872	3.813
Material	-	10.768	153	3.472	14.393	14.776
Serviços de terceiros	-	40.344	-	49.861	90.205	75.688
Depreciação e amortização	-	65.101	-	11.168	76.269	65.938
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPCELD	-	4.511	-	-	4.511	5.768
Provisão para riscos trabalhista, cível e fiscal	-	-	-	1.496	1.496	1.918
Custo de construção da infraestrutura	-	-	271.940	-	271.940	211.998
Outras	-	4.496	90	4.525	9.111	14.955
Total	709.281	185.520	272.563	101.165	1.268.529	1.235.710

	MWh ⁽¹⁾		Valores em R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia de Itaipu ⁽²⁾ - Binacional	319.857	331.890	89.265	84.671
Energia de Leilão ⁽³⁾	376.811	415.595	133.739	122.534
Energia Bilateral	511.672	513.073	233.505	227.385
Cotas de Angra	64.669	-	65.847	19.898
Energia de curto prazo - CCEE ⁽⁴⁾	-	1.562	31.618	52.957
Cotas Garantia Física	-	254.958	314.276	60.881
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	29.347	33.373	23.480
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(55.819)	(50.902)
Total	1.557.314	1.675.616	536.567	539.345

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes; ⁽²⁾ Em 2025 inclui o valor de R\$14.022 de créditos relacionados a geração distribuída; ⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os encargos de CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito contas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema - ESS e Encargos de Energia de Reserva - EER.

intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEL, FISCAL, REGULATÓRIO E AMBIENTAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental. **23.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 - não circulante	-	2.178	3	2.181	2.501
Provisões e reversões líquidas	355	1.113	28	1.496	1.918
Pagamentos/restituições realizadas líquidas	(265)	(1.717)	(28)	(2.010)	(2.230)
Atualização monetária	10	(102)	-	(92)	(8)
Saldos em 2025 e 2024 - não circulante	100	1.472	3	1.575	2.181

A Companhia possui caucões e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$3.472 (R\$5.194 em 2024) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados. **Trabalhista:** Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais, bem como ações envolvendo subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenização por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faxias de domínio; (iv) indenização por danos elétricos; e (v) inscrição no SERASA. **23.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo das movimentações com as perdas possíveis:

>>>



até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constituindo um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5,1	31.278	24.029
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	304.741	427.006
Consumidores e concessionárias	6	197.221	191.151
Ativos financeiros setoriais	9	63.061	16.825
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	250.243	187.575
Instrumentos financeiros derivativos	30	10.202	70.716

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações. O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$1.450.118 (R\$1.390.349 em 2024), onde R\$215.292 (R\$401.154 em 2024) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e nº 19. Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%, enquanto 2024 foi de 14,51%. O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo circulante	7.181	31.615
Ativo não circulante	3.021	39.101
Total do ativo	10.202	70.716
Passivo circulante	9.656	15.896
Passivo não circulante	9.242	15.896
Total do passivo	9.901	15.896

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Custo financeiro (% a.a.)			
	Notional (USD)	Ponta ativa	Ponta passiva	Vencimento
Resolução 4131 - Bank of America	20.243 USD + 6,2824%	CDI + 1,58%	29/01/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197 USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Operação	Custo financeiro (% a.a.)			
	Notional (BRL)	Ponta ativa	Ponta passiva	Vencimento
J.P. Morgan	1.261 IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	159.000 IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	106.000 IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Divida designada para Fair Value Option	210.000	345.000	Moeda estrangeira - USD	(215.292)	(401.000)

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Divida (Objeto de hedge) ⁽¹⁾	266.261	23.421	Taxa pós-fixada	(274.248)	(24.819)

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Divida (Objeto de hedge) ⁽¹⁾	266.261	23.421	Taxa pós-fixada	(274.248)	(24.819)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com variação monetária e taxa de juros dos empréstimos como hedge de valor justo Fair Value Hedge, conforme demonstrado abaixo:

Operação	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Divida (Objeto de hedge) ⁽¹⁾	266.261	23.421	Taxa pós-fixada	(274.248)	(24.819)

31.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	304.741	Alta CDI	37.331	46.664	55.997
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(217.570)	Alta CDI	(26.652)	(33.315)	(39.978)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(344.943)	Alta CDI	(42.256)	(52.820)	(63.384)
	(889.883)	Alta IPCA	(37.909)	(47.386)	(56.864)
Subtotal ⁽²⁾	(1.452.396)		(106.817)	(133.521)	(160.226)
Total (Perdas) ⁽²⁾	(1.147.655)		(69.486)	(86.857)	(104.229)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, IPCA 4,26% ao ano; ⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$2.278.

31.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de contribuição variável e plano de contribuição definida. Os planos de contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1)/IAS19. A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são:

Plano	Modalidade	do plano	Status	Data Instituição	Benefício	
					Quantidade	Benefício
Plano Energisa Sudeste	CV	Fechado	01/07/1981	1	4	
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	1	4	

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. **Número de participantes/beneficiários:** Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

Plano	Quantidade	
	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
2025	564	529
2024	12	12
Total	589	555

31.3. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1)/IAS19 - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

Plano	Quantidade	
	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
2025	564	529
2024	12	12
Total	589	555

31.4. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

I - Premissas Biométricas ⁽¹⁾

Tábua de Mortalidade ⁽²⁾
Tábua de Entrada em Invalidez
Tábua de Invalídios ⁽³⁾

II - Variáveis Econômicas
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial
Expectativa de Inflação Futura ⁽⁴⁾
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos
Taxa de Rotações
Taxa de Crescimento Real de Salários
Fator Capacidade Salarial e de Benefício

III - Tábua de anuidade de pensão
Composição Familiar (Ativos)
Composição Familiar (Assistidos)
⁽¹⁾ Relatório de Estudo de Adêrência Biométrica; ⁽²⁾ Tábuas específicas por sexo; ⁽³⁾ Relatório de Boletim FOCUS. As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características compatíveis com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1)/IAS19. O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS19 e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. **B. Conciliação da posição dos planos:** A seguir, apresentamos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo

	SUDESTE	
	2025	2024
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	7.725	8.582
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.911)	(301)
Retorno esperado dos ativos do plano	845	788
Benefícios pagos	(1.700)	(1.344)
Valor justo dos ativos em 2025 e 2024	6.489	7.725

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação

	SUDESTE	
	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	1.543	2.793
Custo dos juros	1.162	210
(Ganhos)/Perdas atuariais	(39)	(116)
Benefícios pagos	(1.700)	(1.344)
Valor presente das obrigações em 2025 e 2024	1.496	1.543

Posição líquida dos planos

	SUDESTE	
	2025	2024
Valor justo dos ativos	6.489	7.725
Valor presente das obrigações	(1.496)	(1.543)
Posição líquida	4.993	6.182
Limite do Ativo	(4.993)	(6.182)

Déficit Superávit passível de reconhecimento

	SUDESTE	
	2025	2024
Conciliação	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	7.828	8.427
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(375)	(1.638)
Efeito no resultado do exercício	870	1.039
Posição líquida em 2025 e 2024	8.323	7.828
Circulante	925	870
Não Circulante	7.398	6.958

Investimentos:
Fundos de investimentos
Operações com participantes
Depósitos judiciais/recursais
Títulos Públicos

Total dos investimentos
d. Análise de Sensibilidade: A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar que a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,5% e 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	SUDESTE	
	2025	2024
Valor presente das obrigações Atuariais real	1.496	1.543
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5 e (0,25% em 2024)	1.564	1.616
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5 e (0,25% em 2024)	1.433	1.475

Plano de benefícios e contribuições definidas: No exercício, a despesa de patrocínio para esse plano foi de R\$2.484 (R\$2.139 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado. Em 2025, foi revertido R\$882 de crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, e reconhecido R\$209 em 2024, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. **31.4. Prêmio aposentadoria:** A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O referido prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do beneficiário - aposentadoria requerida. Os participantes do plano CD, que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em seus contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	SUDESTE	
	2025	2024
Reconciliação	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	7.828	8.427
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(375)	(1.638)
Efeito no resultado do exercício	870	1.039
Posição líquida em 2025 e 2024	8.323	7.828
Circulante	925	870
Não Circulante	7.398	6.958

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente
Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística
Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310-O-5º/MG

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística
Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310-O-5º/MG

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Eduardo Alves Mantovani
Diretor Presidente
Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia
Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas
Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística
Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310-O-5º/MG

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística
Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310-O-5º/MG

ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 19.527.639/0001-58

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2026 segundo os critérios do CPC 33(R1)/IAS19:

	2026
Custo do serviço corrente	226
Custo dos juros	699
Total da despesa a ser reconhecida	925

31.5. Plano de saúde: A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade, as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a recosta arrecadada (mensalizações e coparticipações) e, deste total, descontados os custos de utilidades. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação. A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direção, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 2025, as despesas com o plano de saúde foram de R\$8.073 (R\$6.889 em 2024). Inclui R\$324 (R\$579 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	7.736	16.742		
Custo do serviço corrente	324	797		
Custos dos juros	899	1.671		
(Ganho)/Perdas atuariais - ORA	(3.796)	(11.474)		
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	5.163	7.736		
Circulante	4.772	1.223		
Não Circulante	3.991	6.513		

Demonstração das despesas para o exercício de 2026, segundo critérios do CPC 33 (R1

>>>



ENERGISA MINAS RIO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 19.527.639/0001-58

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. **Cataguases - MG. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia. Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia, por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processos sistêmicos complexos que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíam, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilidade da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíam, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes materiais não corrigidos, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento da provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br

ANUNCIE NO

DIÁRIO DO COMÉRCIO

O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007

comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br



Diário do Comércio



diariodocomercio



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de Publicidade Legal no portal
do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/25-03-2026-p3/>

